

FISCAL & TRIBUTÁRIO

Consultora: Ivanilde Scarton

MATERIAS FEDERAIS:

IN RFB 1.150/2011 - Tributos e Contribuições Federais - IR - Declaração Final de Espólio - Declaração de Saída Definitiva - Declaração de Ajuste Anual - Exercício de 2011.

IN RFB 1.152/2011 - Exportação - Empresa Comercial Exportadora - ECE – Procedimentos.

IN RFB 1.157/2011 - Tributos e Contribuições Federais - PIS-PASEP - COFINS - Venda de Produtos Pecuários - Crédito Presumido - Suspensão da Exigibilidade – Alteração.

IN RFB 1.155/2011 - Tributos e Contribuições Federais - IPI - Exportação de Cigarros - Procedimentos e Medidas de Controle.

IN RFB 1.156/2011 - Cigarros - Estabelecimentos Industriais - Equipamentos Contadores - Alteração da Instrução Normativa RFB nº 769 de 2007.

Res. CGSN 88/2011 - Simples Nacional - Imposto e Contribuições - Recolhimento - Cálculo - Alteração da Resolução CGSN nº 51 de 2008.

Lei 12.407/2011 - Tributos e Contribuições Federais - IPI - Incentivos Fiscais para o Desenvolvimento Regional - Alteração das Leis nºs 9.440 de 1997, 9.826 de 1999 e da Medida Provisória nº 2.158-35 de 2001 - Conversão da Medida Provisória nº 512 de 2010.

MP 534/2011 - Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - Programa de Inclusão Digital - Incentivos Fiscais - Alteração da Lei nº 11.196 de 2005.

Port. PGFN/RFB 4/2011 - Tributos e Contribuições Federais - Sujeito passivo - Consolidação dos débitos - Pagamento - Parcelamento - Lei nº 11.941 de 2009 - Procedimentos - Alteração da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2 de 2011.

Port. MF 260/2010 - PIS/PASEP - COFINS - IPI - Ressarcimento de Créditos de Contribuição - Procedimento Especial - Alteração da Portaria MF nº 349 de 2010.

IN RFB 1.160/2011 - Tributos e Contribuições Federais - DACON - Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais - Prorrogação do Prazo de Entrega.

IN RFB 1.159/2011 - Tributos e Contribuições Federais - IPI - Aquisição de Produtos Industrializados - Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ.

ADE RFB 7/2011 - Microempreendedor Individual - MEI - Omissão na Entrega da Declaração Anual do Simples Nacional - DASN - Exercício de 2010 - Cancelamento do Lançamento de Multas.

Dec. 7.487/2011 - Tributos e Contribuições Federais - Regulamento do IOF - Alteração do Decreto nº 6.306 de 2007.

Lei 12.407/2011 - Tributos e Contribuições Federais - IPI - Incentivos Fiscais para o Desenvolvimento Regional - Alteração das Leis nºs 9.440 de 1997, 9.826 de 1999 e da Medida Provisória nº 2.158-35 de 2001 - Conversão da Medida Provisória nº 512 de 2010.

MATERIAS ESTADUAIS:

Dec. 47984/2011 - ICMS/RS - Livro Registro de Saídas do débito fiscal - Autopeças - Veículos automotores - Equipamentos agrícolas - Alteração do RICMS.

Dec. 47985/2011 - ICMS/RS - Saída de mercadorias - Isenção - Alteração do RICMS.

Port. SES/RS 587/2011 - Interesse Empresarial/RS - Dispõe - Documentação - Abertura de processos administrativos - Solicitação - Renovação - Alteração - Cancelamento de Licença Sanitária - Estabelecimentos da cadeia farmacêutica.

Dec. 48003/2011 - ICMS/RS - Nota Fiscal de Produtor - Nota Fiscal Eletrônico - Bilhete de Passagem - Rodoviário - Aquaviário - Ferroviário - Alteração do RICMS.

Dec. 47997/2011 - ICMS/RS - Máquinas aparelhos mecânicos - Materias elétricos - Materiais de construção - Cosméticos – Perfumarias.

IN RE 26/2011 - ICMS/RS - Documento auxiliar de nota fiscal eletrônica - DANFE - Alteração da Instrução Normativa DRP nº 45 de 1998.

IN CAGE 1/2011 - ISSQN/RS - Retenção - Recolhimento - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN - Contribuintes - Prestador - Serviços - Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pública.

Dec. 47998/2011 - ICMS/RS - Isenção de ICMS - Comestíveis frescos resfriados e congelados - Saídas de suínos - Produzidos no Estado - Alteração do RICMS.

Dec. 47999/2011 - ICMS/RS - Transferências de saldo credor - Contribuinte cessionário do crédito fiscal - Alteração do RICMS.

Dec. 48000/2011 - Interesse Público/RS - Calendário Oficial de Exposições - Feiras Agropecuárias - Ano de 2011 - Alteração do Decreto nº 47.793 de 2011.

IN RE 29/2011 - ICMS/RS - UIF-RS - Maio de 2011 - Alteração da Instrução Normativa DRP nº 45 de 1998.

IN RE 28/2011 - ICMS/RS - Disposições - Cessação de uso do ECF - Transferência de uso do ECF entre contribuintes - Alteração da Instrução Normativa DRP nº 45 de 1998.

IN RE 27/2011 - ICMS/RS - Taxa SELIC - Alteração da Instrução Normativa DRP nº 45 de 1998.

IN RE 23/2011 - ICMS/RS - Retificação - UIF-RS - Abril de 2011 - Alteração da Instrução Normativa DRP nº 45 de 1998.

Dec. 48008/2011 - Interesse Público/RS - Calendário Oficial de Exposições - Feiras Agropecuárias - Ano de 2011 - Alteração do Decreto nº 47.793 de 2011.

Dec. 48027/2011 - ICMS/RS - Autopeças - Unidades da Federação - Alteração do RICMS.

IN RE 33/2011 - ICMS/RS - Mercadorias oriundas de outras unidades da federação beneficiadas com incentivo ou favor fiscal - Rondônia - Alteração da Instrução Normativa DRP nº 45 de 1998.

IN RE 32/2011 - ICMS/RS - Incentivo ou favor fiscal ou financeiro-fiscal - Álcool etílico - Álcool hidratado - Alteração da Instrução Normativa DRP nº 45 de 1998.

IN RE 30/2011 - ICMS/RS - Aeronaves - Acessórios - Peças - Alteração da Instrução Normativa DRP nº 45 de 1998.

IN RE 31/2011 - ICMS/RS - Transporte interno - Interestadual - Bens - Entre estabelecimentos da Tecnologia Bancária S.A. - Alteração da Instrução Normativa DRP nº 45 de 1998.

Dec. 48050/2011 - ICMS/RS - Produtos farmacêuticos - Substituição tributária - Alteração do RICMS.

IN RE 36/2011 - ICMS/RS - Consumo anual de óleo diesel por embarcação pesqueira - Alteração da Instrução Normativa DRP nº 45 de 1998.

IN RE 35/2011 - ICMS/RS - Dos registros fiscais relativos à entrada de autopeças recebidas sem substituição tributária por estabelecimento comercial - Alteração da Instrução Normativa DRP nº 45 de 1998.

Dec. 48042/2011 - Interesse Público/RS - Estabelecimento - Compromisso Estadual pela Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento e a ampliação de Acesso à Documentação Básica.

Port. SEAPPA 89/2011 - Interesse Empresarial/RS - Tabela de Preços, para locação por m² - EXPOINTER/2011 - Parque Estadual de Exposições Assis Brasil.

Port. SEAPPA 88/2011 - Interesse Empresarial/RS - Regulamento da Expointer 2011.

IN RE 28/2011 - ICMS/RS - Retificação - Disposições - Cessaçãõ de uso do ECF - Transferência de uso do ECF entre contribuintes - Alteração da Instrução Normativa DRP nº 45 de 1998.

IN RE 34/2011 - ICMS/RS - Pagamento dos créditos da fazenda pública estadual - Alteração da Instrução Normativa DRP nº 45 de 1998.

Port. FEPAM 48/2011 - Interesse Empresarial/RS - Dispõe - Isenção de licenciamento para criação de bovinos e ovinos de corte em sistema extensivo a campo.

Dec. 48050/2011 - ICMS/RS - Produtos farmacêuticos - Substituição tributária - Alteração do RICMS.

Dec. 48051/2011 - ICMS/RS - Produtos farmacêuticos - Substituição tributária - Alteração do RICMS.

Dec. 48052/2011 - ICMS/RS - Operações internas com correias de transmissão e rolamentos - Substituição tributária - Alteração do RICMS.

Res. SEAPPA 90/2011 - Interesse Empresarial/RS - Estabelecimento - Obrigatoriedade do cumprimento do cronograma de análises físico-química e microbiológica da água de abastecimento interno e produtos de origem animal registrados – CISPOA.

TRABALHISTA & PREVIDENCIÁRIO

Consultora: Patrícia Micheli Dobler

Lei nº 12.402/2011 – D.O.U de 03.05.2011 – Trabalhista - O consórcio constituído nos termos dos arts. 278 e 279 da Lei nº 6.404/1976 que realizar contratação, em nome próprio, de pessoas jurídicas e físicas, com ou sem vínculo empregatício, poderá efetuar a retenção de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e o cumprimento das respectivas obrigações acessórias, ficando as empresas consorciadas solidariamente responsáveis.

Portaria SIT nº 209/2011 – D.O.U de 05.05.2011 – Trabalhista – Define, entre outras disposições, que os Certificados de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) terão sua validade prorrogada conforme datas constantes na Portaria.

Resolução CGSN nº 87/2011 – D.O.U de 06.05.2011 - Previdenciária - Reduz a alíquota da contribuição previdenciária do microempreendedor individual optante pela exclusão da aposentadoria por tempo de contribuição. Foi determinado que a contribuição do MEI para a Seguridade Social corresponde 11% do limite mínimo mensal do salário de contribuição até a competência abril de 2011 e de 5% do limite mínimo mensal do salário de contribuição a partir da competência maio de 2011.

Portaria SIT nº 224/2011 – D.O.U de 10.05.2011 – Trabalhista – Altera a Norma Regulamentadora (NR 18) que sofreu várias alterações, entre as quais, a referente a operação de equipamentos de movimentação e transporte de materiais e pessoas por trabalhadores qualificados; os requisitos de segurança durante a execução dos serviços de montagem, desmontagem, ascensão e manutenção de elevadores; a proibição de circulação ou permanência de pessoas durante o transporte e descarga de materiais, perfis, vigas e elementos estruturais.

Portaria SIT nº 221/2011 – D.O.U de 10.05.2011 – Trabalhista – Altera a Norma Regulamentadora (NR 23), que trata da proteção contra incêndios. Dentre as alterações, destacam-se: a) a obrigatoriedade, por parte de todos os empregadores, da adoção de medidas de prevenção de incêndios, em conformidade com a legislação estadual e as normas técnicas aplicáveis; b) as regras relacionadas às saídas de emergências nos locais de trabalho.

Portaria SIT nº 222/2011 – D.O.U de 10.05.2011 – Altera a Norma Regulamentadora (NR 8), que dispõe sobre os requisitos técnicos mínimos que devem ser observados nas edificações, para garantir a segurança e o conforto aos que nelas trabalham, determinando que os andares acima do solo devem dispor de proteção adequada contra quedas, de acordo com as normas técnicas e legislações municipais, atendidas as condições de segurança e conforto.

Portaria MTE nº 916/2011 – D.O.U de 11.05.2011 - Permite que o auditor fiscal do Trabalho (AFT) possa portar arma, diante do Certificado de Registro de Arma de Fogo de propriedade particular, concedido pelo Departamento de Polícia Federal pode, mediante emissão do Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo, concedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, para a defesa pessoal. Entretanto, a arma não tem natureza institucional, sendo vedado o seu uso como instrumento para a execução de serviços da inspeção do trabalho, exceto o direito de legítima defesa pessoal.

Portaria MTE nº 917 – D.O.U de 11.05.2011 - Trabalhista - Dispõe sobre o funcionamento do Grupo de Trabalho criado pela Portaria nº 373, de 25 de fevereiro de 2011, caráter tripartite, técnico e consultivo, tem por finalidade elaborar estudos técnicos com vistas à revisão e ao aperfeiçoamento do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto - SREP.

Portaria Interministerial MTE/SEDH nº 2 – D.O.U de 13.05.2011 - Trabalhista - Estabelece novas regras para o cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo. A inclusão do nome do infrator no cadastro ocorrerá após decisão administrativa final relativa ao auto de infração, lavrado em decorrência de ação fiscal.

Lei nº 12.405, de 16.05.2011 – D.O.U de 17.05.2011 - Trabalhista - Altera parte da CLT no tocante à elaboração de cálculos de liquidação. Tratando-se de cálculos de liquidação complexos, o juiz poderá nomear perito para a elaboração e fixará, depois da conclusão do trabalho, o valor dos respectivos honorários com observância, entre outros, dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

Portaria SIT nº 227/2011, de 24.05.2011 - D.O.U de 26.05.2011 - Altera a Norma Regulamentadora (NR) nº 25, que trata dos resíduos industriais. Dentre as alterações, destacam-se: a) a obrigatoriedade da empresa reduzir a geração de resíduos; b) as medidas adequadas para coleta, acondicionamento, armazenagem e transporte de resíduos; c) a capacitação contínua de trabalhadores.

Portaria Conjunta MDS/INSS nº 1/2011 – D.O.U de 26.05.2011 – Previdenciária – Estabelece novos critérios, procedimentos e instrumentos para a avaliação social e médico-pericial da deficiência e do grau de incapacidade da pessoa com deficiência requerente do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC). A avaliação é constituída pelos fatores ambientais, atividades e participação, e funções e estruturas do corpo.

Portaria SIT nº 228/2011 – D.O.U de 27.05.2011 - Trabalhista - Dispõe que as atividades de fabricação, utilização, importação, exportação, tráfego e comércio de explosivos devem obedecer ao disposto na legislação específica, em especial ao Regulamento para Fiscalização de Produtos Controlados (IR-105) do Exército Brasileiro, aprovado pelo Decreto nº 3.665/2000, sendo proibida a fabricação de explosivos no perímetro urbano das cidades, vilas ou povoados.

Portaria SIT nº 229/2011 – D.O.U de 27.05.2011 - Trabalhista - Dispõe que as cores utilizadas para segurança em estabelecimentos ou locais de trabalho, a fim de indicar e advertir sobre riscos existentes, identificar equipamentos de segurança, delimitar áreas, identificar tubulações empregadas para a condução de líquidos e gases, devem atender ao disposto nas normas técnicas oficiais. Anteriormente, o Ministério do Trabalho e Emprego fixava a cor a ser empregada em cada situação.

Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 21/2011 – D.O.U de 30.05.2011 – Previdenciária – Prorroga a Medida Provisória nº 529/2011 , que altera a Lei nº 8.212 , de 24 de julho de 1991, no tocante à contribuição previdenciária do microempreendedor individual", conforme dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1/2002-CN, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal de 1988.

Resolução Codefat nº 665/2011 – D.O.U de 30.05.2011 – Trabalhista - Estabelece que o benefício do seguro-desemprego é direito pessoal e intransferível, nos termos da Lei nº 7.998/1990 , e será pago diretamente ao beneficiário, salvo em caso de morte do segurado, ausência, moléstia contagiosa e beneficiário preso, observadas as condições constantes na Resolução.

Resolução TST nº 174/2011;Resolução TST nº 175/2011;Resolução TST nº 176/2011 - DEJT de 30.05.2011 – Divulgam as alterações introduzidas na jurisprudência do TST.

NEGÓCIOS INTERNACIONAIS

Coordenadora: Carine Mascarello

Circular SECEX nº 25, de 27 de maio de 2011 – D.O.U. de 30/05/2011

Prorroga, por até seis meses, o prazo para conclusão da investigação de dumping nas exportações para o Brasil de borracha de estireno e butadieno E_SBR 1502 e 1712 (NCM 4806.40.00), originárias da República da Coréia.

Circular SECEX nº 24, de 27 de maio de 2011 – D.O.U. de 30/05/2011

Torna público o encerramento do prazo de vigência do direito antidumping aplicado às importações dos seguintes produtos:

**Leite em pó (NCMs 0402.10.10, 0402.10.90, 0402.21.10, 0402.21.20, 0402.29.10, 0402.29.20), originárias da União Européia e da Nova Zelândia, no dia 15/02/2012.*

**Metacrilato de metila (MMA), NCM 2916.14.10, originárias da Alemanha, da Espanha, da França e do Reino Unido, no dia 26/02/2012.*

**Ferros de passar a seco ou a vapor, NCM 8516.40.00, originárias da República Popular da China, no dia 28/06/2012.*

Circular SECEX nº 23, de 19 de maio de 2011 – D.O.U. de 20/05/2011

Encerrar a investigação, para averiguar a existência de dumping nas exportações de laminados planos de baixo carbono e baixa liga provenientes de lingotamento convencional ou contínuo (NCM 7208.51.00 e 7208.52.00) originárias da Turquia, Coréia do Norte, de Taipe Chinês e do México.

Circular SECEX nº 22, de 18 de maio de 2011 – D.O.U. de 19/05/2011

Inicia revisão do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de glisofato (N-fosfonometil glicina), NCM 2931.00.32, 2931.99.39 e 3808.93.24, originárias da República Popular da China.

Circular SECEX nº 21, de 13 de maio de 2011 – D.O.U. de 16/05/2011

Decide não iniciar investigação para fins de aplicação de medida de salvaguarda transitória sobre as importações de tecidos denim originárias da Republica Popular da China.

Circular SECEX nº 20, de 15 de maio de 2011 – D.O.U. de 16/05/2011

Inicia investigação para averiguar a existência de práticas elisivas que frustram a aplicação do direito

antidumping vigente nas importações brasileiras de cobertores de fibras sintéticas, exceto os cobertores de microfibras e de não tecidos, comumente classificadas no item 6301.40.00 da NCM/SH.

Circular SECEX nº 19, de 11 de maio de 2011 – D.O.U. de 12/05/2011
Torna público os preços de referência nas importações brasileiras de resinas de policarbonato (NCM 3907.40.90), originárias dos Estados Unidos da América e da União Européia.

Circular SECEX nº 18, de 04 de maio de 2011 – D.O.U. de 05/05/2011
Torna pública a atualização dos preços de referência, para fins de cálculo de direito antidumping, aplicado nas importações brasileiras de metacrilato de metila (MMA) (NCM 2916.14.10), originárias da Alemanha, Espanha, França e Reino Unido.

Circular SECEX nº 17, de 04 de maio de 2011 – D.O.U. de 05/05/2011
Torna pública a atualização dos preços de referência, para fins de cálculo de direito antidumping, aplicado nas importações brasileiras PVC-S (NCM 3904.10.10), originárias dos Estados Unidos da América e do México.

Portaria SECEX nº 17, de 25 de Maio de 2011 – D.O.U. de 26/05/2011
Estabelece os critérios para alocação de cotas para importação estabelecidas pela Resolução CAMEX nº 34, de 17 de maio de 2011.

Portaria SECEX nº 16, de 20 de Maio de 2011 – D.O.U. de 20/05/2011
Dispõe sobre a emissão de certificados de origem preferenciais na Exportação.

Portaria SECEX nº 15, de 18 de Maio de 2011 – D.O.U. de 19/05/2011
Altera o Anexo "M" da Portaria SECEX nº 10, de 24 de maio de 2010.

Portaria SECEX nº 14, de 13 de Maio de 2011 – D.O.U. de 16/05/2011
[Retificada no D.O.U. de 17/05/2011.](#)
Regulamentação das Regras Anti-Elisão.

Portaria SECEX nº 13, de 09 de Maio de 2011 – D.O.U. de 11/05/2011
Regulamenta a Resolução CAMEX nº 27, de 5 de maio de 2011, e dá outras providências

Resolução nº 34, de 17/05/2011, publicada no D.O.U. de 18/05/2011
Altera para 2%, de maneira temporária, por razões de desabastecimento, a alíquota ad valorem do Imposto de Importação do código das seguintes NCM's: 2907.23.00 e 7208.51.00.
[Retificação - publicada no D.O.U. de 23/05/2011](#)

Resolução nº 33, de 17/05/2011, publicada no D.O.U. de 18/05/2011
Suspende, pelo prazo de 60 dias, a vigência da Resolução CAMEX nº 21, de 7 de abril de 2011.

Resolução nº 32, de 17/05/2011, publicada no D.O.U. de 18/05/2011
Nega provimento ao pedido de reconsideração apresentado em conjunto pelas empresas Associação Brasileira dos Importadores de Matérias Primas Têxteis - ABITEX; Adar Indústria Comércio Importação e Exportação Ltda.; Excim Importação e Exportação S.A.; Pratic Trading

Importação e Exportação Ltda; e Vila Porto International Business S/A face à Resolução CAMEX nº 20, de 7 de abril de 2011; bem como nega provimento ao pedido de reconsideração apresentado em conjunto pelas empresas Shaoxing Huafang Chemical Fibre Co.Ltd.; Zhengjiang S&F Foreign Trade Co. Ltd.; Zhejiang Singmetat Print&Dying Co. Ltd.; Jiangsu Xintai Knitting Co. Ltd.; Shaoxing Yizhong Textile Co. Ltd.; Zhejiang Xiansheng Light Textile Co. Ltd.; e Shaoxing County Zheyu Textiles & Trade Co. Ltd. face à Resolução CAMEX nº 20, de 7 de abril de 2011.

Resolução nº 31, de 17/05/2011, publicada no D.O.U. de 18/05/2011
Nega provimento ao pedido de reconsideração apresentado pelas empresas Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio, Oxea Corporation, Rhodia Poliamida e Especialidades Ltda, em face da Resolução CAMEX no 19, de 07 de abril de 2011.

Resolução nº 30, de 17/05/2011, publicada no D.O.U. de 18/05/2011
Nega provimento ao pedido de reconsideração apresentado pela empresa Sinoglass Housewares Co. Ltd.face à Resolução CAMEX nº 8, de 28 de fevereiro de 2011.

Resolução nº 29, de 05/05/2011, publicada no D.O.U. de 06/05/2011
Altera para 2% (dois por cento), até 30 de junho de 2012, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Capital, na condição de Ex-tarifários.

Resolução nº 28, de 05/05/2011, publicada no D.O.U. de 06/05/2011
Altera para 2% (dois por cento), até 30 de junho de 2012, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Informática e Telecomunicação, na condição de Ex-tarifários.

Resolução nº 27, de 05/05/2011, publicada no D.O.U. de 06/05/2011
Altera o § 1º do art. 1º da Resolução CAMEX nº 70, de 14 de setembro de 2010, que dispõe sobre redução do imposto de importação sobre algodão, classificado nos códigos NCM 5201.00.20 e 5201.00.90.

Resolução nº 26, de 05/05/2011, publicada no D.O.U. de 06/05/2011
Altera o art. 3º da Resolução CAMEX nº 80, de 09 de novembro de 2010, que dispõe sobre Regras de Origem aplicadas em instrumentos não preferenciais de política comercial.

Resolução nº 25, de 05/05/2011, publicada no D.O.U. de 06/05/2011
Revoga o inciso IV do art. 2º da Resolução CAMEX nº 63, de 17 de agosto de 2010, que disciplina a extensão de medidas antidumping e compensatórias de que trata o art. 10-A da Lei nº 9.019, de 1995.

ECONOMIA, ESTATÍSTICA & FINANÇAS

Assessora: Nara Fátima Panazzolo Marchioro

Economia de Caxias do Sul				
	Abr-11/ Mar-11	Abr-11/ Abr-10	Acumulado ANO	Acumulado 12 MESES
ABRIL	-7,4	3,8	9,0	17,2

Economia de Caxias do Sul				
	Abr-11/ Mar-11	Abr-11/ Abr-10	Acumulado ANO	Acumulado 12 MESES
Indústria	-8,9	2,1	8,4	23,6
Comércio	-13,9	7,9	6,0	5,8
Serviços	-0,8	4,5	12,0	12,2

ÍNDICES NACIONAIS DE INFLAÇÃO (%)															
2010/2011														Acumulado	
	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	no ano	12 meses	
IGP - DI (FGV)	0,34	0,22	1,10	1,10	1,03	1,58	0,38	0,98	0,96	0,61	0,50	0,01	3,09	9,16	
IPA - DI (FGV)	0,43	0,34	1,70	1,47	1,32	1,98	0,21	0,96	1,23	0,60	0,24	-0,63	2,41	10,27	
IPA - Agro (FGV)	0,46	-0,10	2,68	5,15	4,13	5,56	0,18	1,90	2,60	1,08	-0,66	-3,19	1,63	21,27	
IPA - Ind. (FGV)	0,42	0,48	1,40	0,31	0,39	0,75	0,22	0,62	0,73	0,42	0,58	0,32	2,70	6,84	
IPC - DI (FGV)	-0,21	-0,21	-0,08	0,46	0,59	1,00	0,72	1,27	0,49	0,71	0,95	0,51	3,99	6,37	
INCC - DI (FGV)	1,09	0,44	0,14	0,21	0,20	0,37	0,67	0,41	0,28	0,43	1,06	2,94	5,20	8,52	
IGP - M (FGV)	0,85	0,15	0,77	1,15	1,01	1,45	0,69	0,79	1,00	0,62	0,45	0,43	3,33	9,76	
IPA - M (FGV)	1,09	0,20	1,24	1,60	1,30	1,84	0,63	0,76	1,20	0,65	0,29	0,03	2,96	11,36	
IPC - M (FGV)	-0,18	-0,17	-0,27	0,34	0,56	0,81	0,58	1,08	0,67	0,62	0,78	0,90	4,12	6,22	
INCC - M (FGV)	1,77	0,62	0,22	0,20	0,15	0,36	0,59	0,37	0,39	0,44	0,75	2,03	4,03	8,16	
INPC (IBGE)	-0,11	-0,07	-0,07	0,54	0,92	1,03	0,60	0,94	0,54	0,66	0,72	0,57	3,48	6,44	
IPCA (IBGE)	0,00	0,01	0,04	0,45	0,75	0,83	0,63	0,83	0,80	0,79	0,77	0,47	3,71	6,55	

ÍNDICES REGIONAIS DE INFLAÇÃO (%)															
2010/2011														Acumulado	
	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	no ano	12 meses	
IPC - SP (FIPE)	0,04	0,17	0,17	0,53	1,04	0,72	0,54	1,15	0,60	0,35	0,70	0,31	3,15	6,50	
ICV - SP (DIEESE)	0,02	0,14	0,25	0,53	0,93	1,04	0,65	1,28	0,41	0,91	0,80	0,04	3,48	7,22	
IPC - POA (IEPE)	-0,27	0,47	0,17	0,22	0,76	0,48	0,51	0,72	0,84	0,86	1,56	0,08	4,04	6,79	
IPC-UCS (IPES)	0,68	0,17	0,30	0,63	0,63	0,27	0,69	1,80	0,86	0,84	1,55		5,14	8,71	

Selic Acumulada

Modo de cálculo:

Assim, sobre os tributos e contribuições federais, relativos a fatos geradores ocorridos a partir de 01/01/95, os juros de mora deverão ser cobrados, no mês de junho/2011, nos percentuais abaixo indicados,

Ano/Mês	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Janeiro	113,41	92,95	77,7	60,09	46,31	35,21	23,27	14,16	4,59
Fevereiro	111,58	91,87	76,48	58,94	45,44	34,41	22,41	13,57	3,75
Março	109,8	90,49	74,95	57,52	44,39	33,57	21,44	12,81	2,83
Abril	107,93	89,31	73,54	56,44	43,45	32,67	20,6	12,14	1,99
Mai	105,96	88,08	72,04	55,16	42,42	31,79	19,83	11,39	1
Junho	104,1	86,85	70,45	53,98	41,51	30,83	19,07	10,6	---
Julho	102,02	85,56	68,94	52,81	40,54	29,76	18,28	9,74	
Agosto	100,25	84,27	67,28	51,55	39,55	28,74	17,59	8,85	
Setembro	98,57	83,02	65,78	50,49	38,75	27,64	16,9	8	
Outubro	96,93	81,81	64,37	49,4	37,82	26,46	16,21	7,19	
Novembro	95,59	80,56	62,99	48,38	36,98	25,44	15,55	6,38	
Dezembro	94,22	79,08	61,52	47,39	36,14	24,32	14,82	5,45	

Ano/ Mês	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Janeiro	299,44	258,15	234,53	211,24	186,15	163,85	147,85	131,51
Fevereiro	295,81	255,8	232,86	209,11	183,77	162,4	146,83	130,26
Março	293,21	253,58	231,22	206,91	180,44	160,95	145,57	128,89
Abril	288,95	251,51	229,56	205,2	178,09	159,65	144,38	127,41
Mai	284,7	249,5	227,98	203,57	176,07	158,16	143,04	126
Junho	280,66	247,52	226,37	201,97	174,4	156,77	141,77	124,67
Julho	276,64	245,59	224,77	200,27	172,74	155,46	140,27	123,13
Agosto	272,8	243,62	223,18	198,79	171,17	154,05	138,67	121,69
Setembro	269,48	241,72	221,59	196,3	169,68	152,83	137,35	120,31
Outubro	266,39	239,86	219,92	193,36	168,3	151,54	135,82	118,66
Novembro	263,51	238,06	216,88	190,73	166,91	150,32	134,43	117,12
Dezembro	260,73	236,26	213,91	188,33	165,31	149,12	133,04	115,38

Fonte : Receita Federal www.receita.fazenda.gov.br

INDICADORES - MÊS DE MAIO/2011

Data	DOLAR COMERCIAL		DOLAR PARALELO		EURO - R\$		TR	OURO	POUPANÇA
	COMPRA	VENDA	COMPRA	VENDA	COMPRA	VENDA	%	R\$/Gr.	VAR %
mai 01	D	D	D	D	D	D	0,1570	D	0,5371
mai 02	1,5740	1,5760	1,5200	1,6800	2,33570	2,33700	0,1724	80,0000	0,5158
mai 03	1,5870	1,5890	1,5900	1,7100	2,35430	2,35570	0,1731	78,5000	0,5483
mai 04	1,6030	1,6050	1,5500	1,7200	2,37800	2,37930	0,1662	79,5000	0,5934
mai 05	1,6230	1,6250	1,5600	1,7300	2,35320	2,35450	0,1283	78,7000	0,5626
mai 06	1,6150	1,6170	1,5500	1,7200	2,30870	2,31000	0,1101	78,5000	0,5887
mai 07	S	S	S	S	S	S	0,1082	S	0,5828
mai 08	D	D	D	D	D	D	0,1306	D	0,5612
mai 09	1,6180	1,6200	1,5900	1,7300	2,32260	2,32390	0,1498	79,4000	0,5365
mai 10	1,6030	1,6050	1,5500	1,7200	2,31360	2,31510	0,1816	79,0000	0,5603
mai 11	1,6180	1,6200	1,5700	1,7400	2,29730	2,29860	0,1846	79,0000	0,6036
mai 12	1,6210	1,6230	1,5700	1,7400	2,30640	2,30770	0,1536	79,0000	0,5631
mai 13	1,6310	1,6330	1,5800	1,7500	2,30160	2,30290	0,1258	79,8000	0,5771
mai 14	S	S	S	S	S	S	0,1243	S	0,5851
mai 15	D	D	D	D	D	D	0,1479	D	0,5681
mai 16	1,6300	1,6320	1,5800	1,7500	2,31440	2,31570	0,1688	79,0000	0,5395
mai 17	1,6200	1,6220	1,5800	1,7500	2,31500	2,31630	0,1639	80,0000	0,5635
mai 18	1,6100	1,6120	1,5800	1,7500	2,30070	2,30200	0,1708	78,0000	0,5927
mai 19	1,6150	1,6170	1,5600	1,7300	2,31240	2,31370	0,1465	78,9000	0,5693
mai 20	1,6130	1,6150	1,5600	1,7300	2,29340	2,29470	0,1389	80,4500	0,5765
mai 21	S	S	S	S	S	S	0,1301	S	0,5890
mai 22	D	D	D	D	D	D	0,1643	D	0,5890
mai 23	1,6300	1,6320	1,5800	1,7500	2,31440	2,31570	0,1889	79,6500	0,5890
mai 24	1,6220	1,6240	1,5800	1,7500	2,31500	2,31630	0,1190	79,1000	0,6122
mai 25	1,6270	1,6290	1,5700	1,7500	2,30070	2,30200	0,1519	81,0000	0,6491
mai 26	1,6150	1,6170	1,5500	1,7400	2,31240	2,31370	0,1244	80,0000	0,6306
mai 27	1,5990	1,6010	1,5400	1,7200	2,29340	2,29470	0,1051	78,5000	0,6448
mai 28	S	S	S	S	S	S	0,0956	S	0,6354
mai 29	D	D	D	D	D	D	0,1293	D	0,6578
mai 30	1,5910	1,5930	1,5400	1,7200	2,27670	2,27820	0,1425	80,7500	0,6578
mai 31	1,5780	1,5800	1,5200	1,7000	2,27200	2,27330	0,1485	78,8000	0,6578
TR/MÊS:	0,1570	POUPANÇA MÊS:		0,5371	SAL. MÍN.:		R\$ 545,00		
TBF MÊS:	0,9683	DÓLAR MÉDIO:		R\$ 1,6120	VRM:		R\$ 20,72		

Informações Técnicas – Número 167 – Caxias do Sul – Maio de 2011

Uma publicação:

Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul – CIC

Rua Ítalo Victor Bersani, 1134 – Bairro Jardim América

CEP 95050-520 – Caxias do Sul

Tel.: (54) 3218 80 00

Fax.: (54) 3218 80 48

e-mail: cic@cic-caxias.com.br

<http://www.cic-caxias.com.br>